

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ANNA BEATRIZ BORGES DE AMORIM**

**MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE REGIONAL  
DOS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE A DESIGUALDADE DE  
GÊNERO NO BRASIL**

RECIFE – PE

2022

**ANNA BEATRIZ BORGES DE AMORIM**

**MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE REGIONAL  
DOS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE A DESIGUALDADE DE  
GÊNERO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pela aluna **ANNA BEATRIZ BORGES DE AMORIM** ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas sob a orientação da **Profa. Dra. POEMA ISIS ANDRADE DE SOUZA**.

RECIFE – PE

2022

- A524m Amorim, Anna  
MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE REGIONAL DOS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL / Anna Amorim. - 2022.  
40 f. : il.
- Orientadora: Poema Isis Andrade de Souza.  
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Ciências Econômicas, Recife, 2022.
1. Covid-19. 2. Mercado de Trabalho. 3. Desigualdade de Gênero. 4. Brasil. I. Souza, Poema Isis Andrade de, orient. II. Título

Monografia apresentada como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Qualquer citação atenderá as normas da ética científica.

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE REGIONAL DOS  
EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE A DESIGUALDADE DE  
GÊNERO NO BRASIL

ANNA BEATRIZ BORGES DE AMORIM

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado com nota 8,0 apresentado em 17/10/2022

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador. Prof<sup>a</sup>. Dra. Poema Isis Andrade de Souza

---

1º Examinador. Prof. Dr. André de Souza Melo

---

2º Examinador. Prof<sup>a</sup>. Dra. Eliane Aparecida Abreu

## AGRADECIMENTOS

É impossível chegar ao fim da graduação e não se emocionar ao lembrar de tudo o que vivi e dos amigos que fiz, para a vida toda – diga-se de passagem –, durante esse tempo na UFRPE. Lembro do meu primeiro período, aos 18 anos, cheia de dúvidas, inseguranças e medo de se aventurar nessa nova fase da vida por não saber ao certo onde ela ia me levar, ou quem me acompanharia nessa “empreitada”.

Mas, de fato, hoje, ao final do curso, vejo sentido em estudar a Ciência Econômica – mesmo ela não sendo uma ciência exata – mas porque, antes de tudo, aprendemos que ela é uma ciência que tem um compromisso social. Com o estudo das inúmeras variáveis que afetam as relações sociais e econômicas entre os indivíduos, aprendemos a buscar a melhor solução sempre visando o bem-estar da sociedade.

Sem mais delongas, agradeço a Deus por ter me dado forças e sabedoria durante todo esse tempo. À minha família, que sempre deu suporte e estrutura para que eu frequentasse uma universidade pública.

Aos amigos que fiz na Universidade, que foram essenciais, e que estiveram comigo todos os dias, dando suporte uns aos outros, dividindo as alegrias e melhorando os dias ruins: Pedro, Safya, Victor, Fabio, Maria Alice, Antonio, Ana Clara e Wenderson.

Aos professores do curso, que compartilharam conhecimento e contribuíram, de alguma forma, com o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Em especial ao professor Luiz Maia, que, além de ser um profissional extraordinário, é humano, antes de tudo, e o exemplo mais fiel de alguém que ama o que faz.

À professora Poema Isis, pelo apoio, receptividade, empatia e pela assistência no trabalho de conclusão do curso. Mesmo com todas as suas demandas acadêmicas, sempre esteve muito disponível para me ajudar e dividir o conhecimento.

E, por último, mas não menos importante, agradeço também à Elylian Pereira e à professora Keynis Souto, por todo o suporte e apoio desde que assumiu a coordenação do curso de Economia.

## RESUMO

Esta monografia tem como objeto de estudo o mercado de trabalho, que, historicamente, é marcado pela desigualdade de gênero nas relações trabalhistas. Associado a isso, tem-se a extensão territorial e a diversidade cultural do Brasil, que resulta em diferentes cenários de desigualdade de gênero no mercado de trabalho de um mesmo país. Através de uma análise exploratória de dados secundários da PNAD Contínua Trimestral, buscou-se analisar quais os possíveis efeitos da pandemia da Covid-19 sobre as mulheres no mercado de trabalho, de 2020 a 2022, com o objetivo de entender os cenários pré e pós-pandemia. Para isso, algumas variáveis foram utilizadas: a taxa de desocupação, o motivo pelo qual os indivíduos não procuraram trabalho, a quantidade de horas efetivamente trabalhadas, a posição do indivíduo na ocupação, entre outros. Os resultados encontrados mostram que as mulheres ficaram mais vulneráveis à pandemia à medida em que estas tiveram uma maior participação na taxa de desocupação durante esse período. A relevância desta monografia está em mostrar as fragilidades do mercado de trabalho brasileiro por região e por gênero e como períodos de crise podem demonstrar essa volatilidade através do aumento das diferenças sociais.

**Palavras-Chave:** Covid-19; Mercado de Trabalho; Desigualdade de Gênero; Brasil.

## ABSTRACT

This monograph has as its object of study the labor market, which, historically, is marked by gender inequality in labor relations. Associated with this is the territorial extension and cultural diversity of Brazil, which results in different scenarios of gender inequality in the labor market of the same country. Through an exploratory analysis of secondary data from the Quarterly Continuous PNAD, we sought to analyze what the possible effects of the Covid-19 pandemic on women in the labor market, from 2020 to 2022, in order to understand the pre- and post-pandemic scenarios. For this, some variables were used: the unemployment rate, the reason why individuals did not look for work, the amount of hours actually worked, the individual's position in the occupation, among others. The results show that women were more vulnerable to the pandemic as they had a greater participation in the unemployment rate during this period. The relevance of this monograph is in showing the fragility of the Brazilian labor market by region and by gender, and how periods of crisis can demonstrate this volatility by increasing social differences.

**Key Words:** Covid-19; Labor Market; Gender Inequality; Brazil.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 – Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, no 1º trimestre de 2020 .....</b>	<b>18</b>
<b>Figura 2 – Percentual de pessoas desalentadas na população de 14 anos ou mais de idade no primeiro trimestre de 2012 e no primeiro trimestre de 2020 .....</b>	<b>18</b>
<b>Figura 3 – População desocupada por Região do Brasil (%) .....</b>	<b>25</b>
<b>Figura 4 – Motivo pelo qual não procurou trabalho ou não gostaria de trabalhar ou não estava disponível para iniciar um trabalho .....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 5 – Motivo pelo qual mulheres não procuraram trabalho ou não gostaria de ter trabalhado ou não estavam disponíveis para iniciar um trabalho .....</b>	<b>28</b>
<b>Figura 6 – Posição na ocupação no trabalho principal no Brasil .....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 7 – Homens trabalhando por Conta-Própria por Região .....</b>	<b>30</b>
<b>Figura 8 – Mulheres no Trabalho Doméstico por Região .....</b>	<b>30</b>
<b>Figura 9 – Faixa de horas efetivamente trabalhadas no trabalho principal .....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 10 – Pessoas ocupadas que dedicaram 45 horas ou mais efetivamente no trabalho principal .....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 11 – Participação dos ocupados por grupo de atividade .....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 12 – Rendimento bruto que o indivíduo recebeu no trabalho, por sexo, no Brasil .....</b>	<b>34</b>
<b>Figura 13 – Rendimento bruto que recebeu no trabalho por Região no 1º trimestre de 2020 .....</b>	<b>34</b>
<b>Figura 14 – Rendimento bruto que recebeu no trabalho por Região, no período do quarto trimestre de 2020 ao primeiro trimestre de 2022 .....</b>	<b>35</b>



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 – População ocupada e desocupada, em milhões, na Região Norte .....</b>	<b>23</b>
<b>Tabela 2 – População ocupada e desocupada, em milhões, na Região Nordeste ....</b>	<b>24</b>
<b>Tabela 3 – População ocupada e desocupada, em milhões, na Região Sudeste .....</b>	<b>24</b>
<b>Tabela 4 – População ocupada e desocupada, em milhões, na Região Sul.....</b>	<b>24</b>
<b>Tabela 5 – População ocupada e desocupada, em milhões, na Região Centro-oeste</b> .....	<b>24</b>
<b>Tabela 6 — Mulheres desocupadas por Região .....</b>	<b>25</b>
<b>Tabela 7 – Homens desocupados por Região .....</b>	<b>26</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....</b>	<b>12</b>
<b>3. O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNDO .....</b>	<b>15</b>
<b>4. CENÁRIO PRÉ-PANDÊMICO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO .....</b>	<b>17</b>
<b>5. METODOLOGIA.....</b>	<b>22</b>
<b>6. UMA ANÁLISE ACERCA DO MERCADO DO TRABALHO BRASILEIRO DURANTE A PANDEMIA E A DESIGUAL DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>23</b>
<b>6.1. População ocupada e desocupada no Brasil, por região e sexo, em número absoluto no período analisado .....</b>	<b>23</b>
<b>6.2. Condição de ocupação das pessoas em idade para trabalhar por Região.....</b>	<b>25</b>
<b>6.3. Posição na ocupação no trabalho principal por sexo .....</b>	<b>29</b>
<b>6.4. Faixa de horas efetivamente trabalhadas no trabalho principal .....</b>	<b>31</b>
<b>6.5. Divisão sexual por grupo de atividade predominantemente feminino durante a pandemia .....</b>	<b>32</b>
<b>6.6. Rendimento bruto no trabalho.....</b>	<b>34</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>38</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 acentuou os problemas socioeconômicos no Brasil, bem como em todos os países do mundo. As medidas sanitárias, o choque demográfico causado pela morte de milhares de vítimas do vírus no mundo todo, o *lockdown* – e a consequente paralisação das atividades econômicas –, intensificaram os contrastes sociais no país e somou-se à um período de fragilidade econômica enfrentado desde meados de 2015 (HEINEN e MATTEI, 2020).

Junto ao momento de esfriamento das atividades econômicas, a pandemia também gerou impactos negativos no mercado de trabalho, que gerou a diminuição da demanda por mão de obra e o aumento da desigualdade, que se dá principalmente por dois fatores: ampliação das diferenças de gênero na participação no mercado de trabalho e também aumento das desigualdades salariais entre indivíduos de sexo e raça diferentes, mesmo considerando características semelhantes em qualificação da mão de obra e estruturas ocupacionais.

Costa e Tavares (2021) afirmam que períodos de instabilidade econômica também modificam a participação relativa de homens e mulheres no mercado de trabalho e, olhando especificamente para a conjuntura socioeconômica deixada pela pandemia da Covid-19, há um retorno das mulheres para o lar, seja pelo aumento do desemprego ou pela necessidade de cuidar da família.

De acordo com o Informe Especial Covid-19 (CEPAL, 2021), estima-se que, na América Latina, a pandemia gerou um retrocesso de mais de uma década quando se fala da participação das mulheres no mercado de trabalho, já que estas, tradicionalmente, ocupam postos de trabalho que foram massivamente afetados pela pandemia, tanto por causa da retração da atividade econômica quanto pelos riscos associados à esta, como é o caso, por exemplo, do setor de Serviços.

É válido ressaltar também que as mulheres, historicamente, têm menor participação na taxa dos ocupados e, além do mais, há uma predominância do sexo feminino em atividades precárias, seja por falta de qualificação e/ou por falta de oportunidade, já que, nos moldes da sociedade patriarcal, são atribuídas a elas a

responsabilidade da manutenção das atividades do lar, resultando numa restrição ao acesso à educação e, até mesmo, ao mercado de trabalho formal (BRUSCHINI, 2007).

Além disso, Sardenberg (2004) afirma que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro também se configura de forma diferente em cada região do país. Há disparidades tanto no perfil e condições às quais a mão de obra é exposta, quanto no desenho da divisão sexual do trabalho nas regiões.

Portanto, faz-se pertinente realizar uma análise regional do mercado de trabalho no Brasil pré e pós-pandemia da Covid-19, com ênfase no gênero (participação, tipo de ocupação, horas trabalhadas, entre outros) a fim de se inferir como esta afetou a participação das mulheres no mercado de trabalho formal e quais serão seus possíveis efeitos de curto prazo visando possíveis impactos nas políticas públicas. Para tal, serão utilizados os dados divulgados pela PNAD Contínua Trimestral, divulgada pelo IBGE, entre 2020 e 2022 como referência para o estudo dos resultados.

Além da presente introdução, este trabalho está organizado em quatro capítulos: o segundo capítulo traz um breve *overview* do cenário do mercado de trabalho brasileiro o desenho da desigualdade de gênero por região. No terceiro capítulo, faz-se uma análise de como a Covid-19 afetou as relações trabalhistas no mundo. No quarto capítulo, os resultados para as características da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro entre 2020 e 2022, destacando-se as discrepâncias existentes com relação à participação masculina. E, no quinto e último capítulo, as considerações finais.

## 2. O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A realidade do Brasil não é diferente de outros países quando se fala de desigualdade de gênero no mercado de trabalho: historicamente, conforme os moldes da sociedade patriarcal, os homens seriam os “provedores do lar” enquanto às mulheres cabia o papel de “cuidadoras do lar”. A partir dessa ideia, foi-se estruturando o mercado de trabalho, que, inicialmente, era marcado pela presença da mão de obra masculina e, até hoje, carrega traços desse passado não tão distante: a participação feminina no mercado de trabalho ainda destoa da força da participação masculina, embora os números venham mudando ao longo do tempo.

Cecília Sardenberg (2004, p.28) ratificou:

Ainda imperam muitas discriminações em relação ao trabalho feminino, de sorte que homens e mulheres não participam do mundo do trabalho nas mesmas condições, ainda que membros de uma mesma classe ou categoria ocupacional.

O perfil do mercado trabalho brasileiro passou a ser palco de mudanças estruturais na sua configuração a partir de meados da década de 70. O crescente movimento feminista no mundo, o processo de industrialização brasileiro, as mudanças demográficas no país (queda da taxa de fecundidade, envelhecimento da população...) e a necessidade de complementar a renda família, bem como a disseminação da cultura do consumo, foram alguns fatores que impulsionaram a entrada das mulheres para a estatística da população economicamente ativa, a partir do momento em que elas passaram a busca por empregos formais e fora do domicílio.

Além disso, a partir de 1992, o IBGE passou a adotar um novo conceito de trabalho. Neste, foram incluídas atividades para o autoconsumo, produção familiar, bem como outras atividades que até então não entravam para a estatística: ocupações remuneradas em dinheiro, mercadorias ou benefícios na produção de bens e serviços, ocupações remuneradas em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico, entre outras (BRUSCHINI, 1998).

Fica claro o crescimento da participação feminina entre a população ocupada, a partir da década de 70, analisando as PNADs publicadas em 1976, 1986 e 1996. Em termos percentuais, em 1976, as mulheres representavam 28,8% dos ocupados e, em 1996, elas passaram a representar 39,3%, representando um crescimento de 10,5p.p.

Apesar disso, pouco ou quase nada mudou nas relações familiares: as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e isso impacta diretamente quando se fala da presença delas no mercado de trabalho: a jornada dupla (em casa e no trabalho), filhos pequenos, entre outros, limitam tanto a saída das mulheres de casa para o trabalho, quanto a qualificação das mesmas para estarem aptas para o mercado de trabalho.

Conforme observado por Guedes e Sousa (2016, p.125):

O ingresso das mulheres no mundo econômico não equilibra as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a provisão financeira da família juntamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva.

Ademais, as mulheres, em sua maioria, estão alocadas em setores econômicos que tendem a ter baixa remuneração, e até um certo nível de rotatividade entre funcionários, como é o caso dos setores de serviços domésticos, educação, saúde e serviços sociais e alojamento e alimentação (BRUSCHINI, 2007).

Ao somar o fato de que as mulheres, em sua maioria, têm dupla jornada e se dividem entre o mercado de trabalho e as atividades do lar, que são essenciais para a manutenção da família – o que pode gerar um *trade-off* na alocação de horas para cada atividade a ser executada –, com a predominância feminina em ocupações precárias no mercado do trabalho, tem-se, conseqüentemente, um impacto negativo nos rendimentos das mulheres no mercado de trabalho: “algumas causas dos diferenciais de rendimento estão nas jornadas de trabalho remunerado menores das mulheres e na própria ocupação de postos de trabalho precários” (FORTUNATO et al, 2010).

Outro tópico importante quando se fala da desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro é a desigualdade regional existente no país, que corrobora com as diferenças na divisão sexual do trabalho. Por sua vasta extensão territorial e heterogeneidade de desenvolvimento econômico entre as regiões, torna-se válido observar como se dão as relações trabalhistas a fim de tentar inferir particularidades, ou até mesmo similaridades, por região.

Nas regiões mais pobres do país, Norte e Nordeste, os aspectos de vida e trabalho da população têm se mostrado, ao longo do tempo, sempre mais precárias do que a realidade das outras regiões brasileiras (SARDENBERG, 2004).

É válido ressaltar, também, o fato de que os diferenciais de rendimento seguem a lógica do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, o nível de industrialização das regiões (ARAÚJO e RIBEIRO, 2001).



### 3. O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNDO

A pandemia causada pelo vírus da Covid-19 teve um efeito singular no mercado de trabalho: ela afetou setores que antes não eram influenciados pelas diversas crises que o mundo já assistiu (COSTA e TAVARES, 2021). Isso se deve, basicamente, às medidas de distanciamento social, o *lockdown*, e à diminuição da demanda de bens e serviços pelos consumidores.

Conforme observado por Albanesi e Kim (2021), “as recessões nos Estados Unidos geralmente estão associadas a uma queda do emprego maior para homens do que para mulheres” (apud Doepke e Tertilt (2016) e Albanesi (2019)). Disto, pode-se inferir que, historicamente, homens “sofrem” mais com o desemprego cíclico do que as mulheres, devido ao tipo de ocupação a qual estes dois gêneros predominam.

Alon et. al (2020) afirmam que “homens trabalham em indústrias fortemente afetadas por uma desaceleração “padrão” (como manufatura e construção), enquanto o emprego das mulheres está concentrado em setores menos cíclicos, como saúde, cuidado e educação. Em contraste, a crise atual tem um grande impacto nas ocupações de serviços com altas parcelas de emprego feminino, como restaurantes e hospitalidade.”.

Segundo Geizici e Ozay (2020), a pandemia causada pelo coronavírus afetou mais a taxa de desemprego das mulheres à medida em que as atividades do setor de serviços pararam e estas são majoritariamente ocupadas por mulheres. No Brasil, por exemplo, de acordo com a publicação dos indicadores sociais das mulheres feita pelo IBGE em 2021, dentre as mulheres, de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência da PNAD Contínua, em 2019, 85,1% delas trabalhavam no setor de Serviços. Enquanto entre os homens, essa estatística caía para 59,5%.

Além da queda na demanda por serviços, que impactou diretamente no desemprego feminino, outro fator determinante foi o fechamento de escolas e creches, que fez com que mulheres-mães fossem forçadas a deixarem seus postos de trabalho para cuidarem exclusivamente de suas famílias, caso o *homeoffice* não fosse uma possibilidade oferecida pelo vínculo empregatício destas.

O Relatório Especial COVID-19, publicado pela CEPAL (2021) corrobora com o assunto ao divulgar dados do mercado de trabalho da América Latina e Caribe no ano de 2020:

“A taxa de participação no mercado de trabalho das mulheres foi de 46% em 2020, enquanto a dos homens foi de 69% (em 2019 foi de 52% e 73,6%, respectivamente). Calcula-se, também, que a taxa de desocupação das mulheres chegou à 12% em 2020, percentual que sobe para 22,2% se for assumida a mesma taxa de participação no mercado de trabalho das mulheres em 2019. Em 2020, explica o estudo, registrou-se uma contundente saída das mulheres da força de trabalho, que, por ter que atender às demandas de cuidados em seus domicílios, não retomaram a procura por emprego.”

Ou seja, somando os fatores mencionados acima, as mulheres se tornaram mais vulneráveis, em se falando do mercado de trabalho, durante a pandemia, por conta das condições às quais estas, tradicionalmente, estão inseridas na sociedade.

Ainda que alguns autores, como é o caso de Alon et. al (2020), afirmem que este cenário possa representar um avanço em direção à uma equalização das responsabilidades nos afazeres domésticos com a flexibilização do trabalho, fica claro que os homens se adaptarão mais facilmente ao “novo normal” no mercado de trabalho do que as mulheres – o que significa um certo nível de estabilidade frente ao desemprego –, já que, tradicionalmente, estas estão inseridas em atividades mais restritas quando se fala de teletrabalho.

Sendo assim, a pandemia da Covid-19 reforça mais uma vez a questão da divisão desigual de gênero no trabalho à medida em que expõe a sobreposição de atividades à qual as mulheres estão associadas quando optam por terem sua liberdade financeira: a jornada dupla entre as atividades produtivas e as atividades de afazeres domésticos e cuidados com a família.

Os dois pontos mencionados acima são fatores decisivos em se tratando de disponibilidade de horas para se dedicar ao trabalho produtivo – o que, por sua vez, impacta no salário, possibilidade de ascensão na carreira e submete as mulheres à empregos mais precários e informais – e limita o tempo delas para que se dediquem aos estudos e, até mesmo, para que sobre tempo para o lazer (Almeida et. al, 2021).

#### **4. CENÁRIO PRÉ-PANDÊMICO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

Desde meados de 2015, o Brasil passa por um momento de instabilidade econômica e fiscal, que foi resultado de diversos choques de oferta e demanda enfrentados pelo país e que foram ocasionados por uma má gestão da política econômica brasileira (BARBOSA FILHO, 2017).

Dweck e Teixeira (2017, p.5) observam:

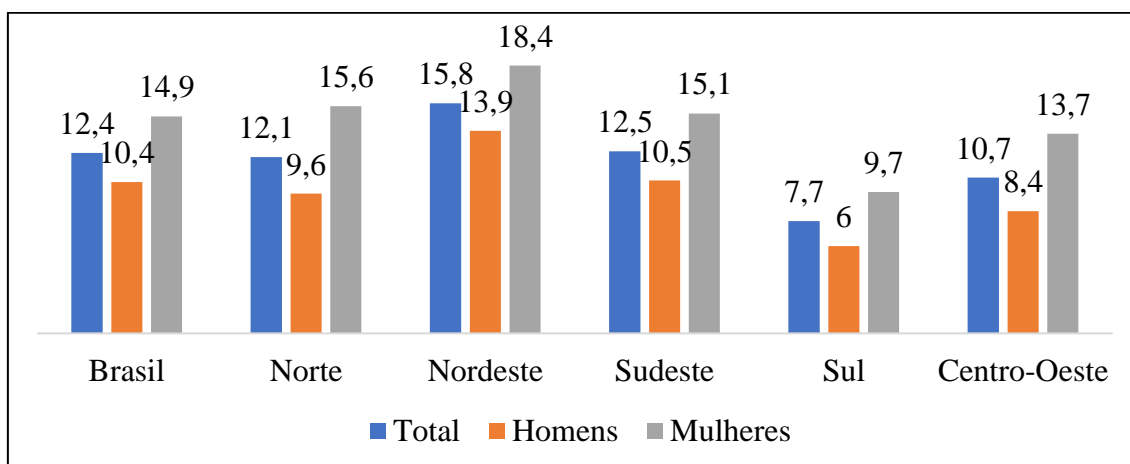
“[...] decisões equivocadas de política fiscal do governo Dilma, influenciadas por ideias ortodoxas dentro do governo, levaram à redução de gastos e, principalmente, de investimentos públicos, retirando um impulso fundamental ao modelo de crescimento econômico impulsionado pela demanda que havia sido implantado ainda no governo Lula. Nessa visão, a crise fiscal é que foi consequência da crise econômica, cuja raiz está na guinada ortodoxa da política fiscal.”.

Ao considerar um quadro sensível da economia, o país passou a assistir à aceleração da taxa de desocupação da população, que ultrapassou a casa dos 13,0% em 2017 – cenário este que superou o desemprego na década de 1990. “O número de desempregados no Brasil mais que dobrou, atingindo 13 milhões de pessoas.” (HEINEN e MATTEI, 2020).

Outro fato importante é que a situação de desemprego no Brasil melhorou pouco até o primeiro trimestre de 2020: a taxa de desocupados no país era de 12,4% e a situação era ainda pior no Nordeste, por exemplo, que neste período registrou uma taxa de desocupação de 15,8% (IBGE).

Essa diminuição, porém, na taxa de desocupação, conforme observado por Heinen e Mattei (2020, p.649), “nem sequer poderia ser considerada uma boa notícia, uma vez que se explica mais pela saída de pessoas do mercado de trabalho do que pelo aumento sustentado de vagas de emprego.”.

**Figura 1 – Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, no 1º trimestre de 2020**

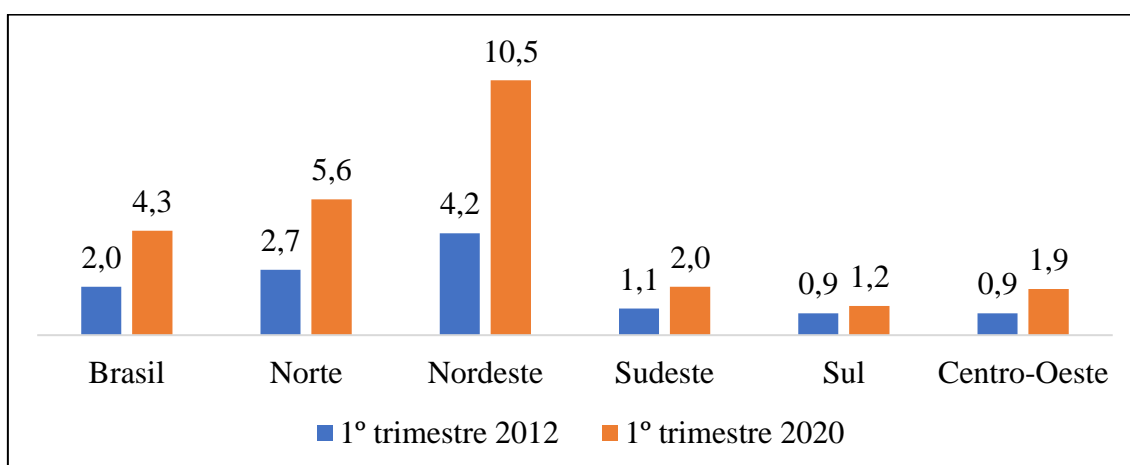


Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

Com base na Figura I e conforme já citado, a taxa de desocupação no Brasil no primeiro trimestre de 2020 era de 12,4% e, comparando esse número entre os gêneros, esse número era ainda maior em se tratando das mulheres desocupadas, que atingiu 14,9%. Vale salientar que este número é um padrão comportamental entre todas as regiões: o desemprego, historicamente, é predominantemente maior entre as mulheres.

Outro dado importante que pode ser observado é que, entre as regiões, as taxas de desocupação das mulheres nas regiões Norte e Nordeste são as mais elevadas do país: na primeira, estas representam 15,6% e, na segunda, representam 18,4%.

**Figura 2 – Percentual de pessoas desalentadas na população de 14 anos ou mais de idade no primeiro trimestre de 2012 e no primeiro trimestre de 2020**



Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

Além da taxa de desocupação, a taxa de desalentados também cresceu ao comparar os dados de 2012 e 2020. Desalentados são “pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por não acharem que não encontrariam”, segundo definição do IBGE.

No geral, no Brasil, a população desalentada em 2012 representava apenas 2,0% da população em idade para trabalhar (14 anos ou mais idade). Em 2020, a população que não procurou trabalho por achar que não ia encontrar representava 4,3%, ou seja, um aumento de 2,3 p.p. ao confrontar os dois períodos.

Ao desagregar os números por região do Brasil, portanto, as diferenças entre os desalentados em 2012 e 2020 são ainda maiores, principalmente entre as regiões Norte e Nordeste: respectivamente, a taxa de desalentados nessas regiões cresceu 2,9 p.p. e 6,3 p.p. São as regiões que mais sofrem tanto com o desemprego, quanto com o desalento.

À exemplo disso, ao observar a PNAD 2014, no grupo de pessoas com carteira assinada no total de empregados no trabalho principal por região, tem-se que, em termos percentuais, as regiões Norte e Nordeste são as que mais destoam da realidade do Brasil quando se fala em população empregada com carteira assinada: estes representam 45,7% e 48,7%, respectivamente, enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, estes representam, respectivamente, 72,2%, 71,2% e 62,1%. Sinal de que as condições de trabalho no Norte e no Nordeste ainda destoam, consideravelmente, da realidade do restante do país.

No que diz respeito à participação por gênero e por região de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, à uma primeira análise, os percentuais de participação masculina e feminina no mercado de trabalho por região conversam entre si e convergem para a realidade do Brasil: cerca de 56,8% do total de pessoas ocupadas é representado por homens e cerca de 43,2% é representado por mulheres.

Quando se fala, porém, de rendimento médio, com base na PNAD 2014, já se consegue observar as disparidades entre o rendimento das regiões e do rendimento por gênero. Fica clara a discrepância das regiões Nordeste e Sudeste do restante do país: na região Nordeste, em 2014, o rendimento médio da população era R\$ 1.129,00, R\$596,00 abaixo do valor do Brasil. Já a Região Sudeste, no mesmo período, o rendimento médio da população era de R\$1.987,00, R\$262,00 acima do rendimento médio da população brasileira.

Analisando os números pela perspectiva do gênero, a diferença é ainda maior: enquanto na região Nordeste as mulheres tinham um rendimento médio de R\$983,00, na região Sudeste elas possuíam um rendimento médio de R\$1.611,00. Em termos percentuais, as mulheres do Sudeste tinham um rendimento médio 63,8% acima do rendimento das mulheres nordestinas.

Ademais, outro dado que também pode ser utilizado para medir e reforçar as desigualdades existente entre as regiões brasileiras e, nesse caso, as regiões Nordeste e Sudeste serão utilizadas para comparação, são as diferenças entre as regiões no tocante à participação da população por classe de rendimento mensal e as diferenças entre as regiões e a divisão sexual por classe de rendimento já constatadas na publicação da PNAD em 1995. No primeiro caso, na região Nordeste, a população se concentrava, basicamente, em 4 classes de rendimento: 10,7% da população economicamente ativa estava alocada na faixa de até ½ salário mínimo, 22,3% alocada na faixa de mais de ½ salário mínimo a 1 salário mínimo, 20,2% na faixa de mais de 1 a 2 salários mínimos e 24,7% alocada na faixa dos sem rendimento. Na região Sudeste, porém, as faixas de rendimento mensal estavam concentradas entre mais de 1 a 2 salários mínimos, representando 19,0% da população economicamente ativa, 14,1% alocada na faixa de mais de 2 a 3 salários mínimos, 15,5% na faixa de 3 a 5 salários mínimos e 13,8% na faixa de 5 a 10 salários mínimos.

Em se tratando da divisão sexual por classe de rendimento, porém, as mulheres aparecem, em ambas as regiões, com predominância nas faixas de salários menores, ao contrário dos homens. Além de que, na região Sudeste, elas tinham maiores propensões a estarem alocadas em faixas salariais maiores do que na região Nordeste.

Para além disso, alguns autores fizeram algumas projeções para o mercado de trabalho e as relações trabalhistas e como estes seriam afetados com a pandemia da covid-19. HEINEN e MATTEI (2020, p.650) afirmam:

“Nos próximos meses, certamente a taxa de desemprego irá crescer, porém não a tais percentuais. Todavia, deverá crescer o suficiente para dar dimensões mais exatas da deterioração do mercado de trabalho. Como a taxa de desemprego é a razão entre as pessoas que estão procurando emprego e o montante da força de trabalho, medidas de isolamento social adotadas para controlar a pandemia do novo coronavírus poderão reduzir momentaneamente o contingente de pessoas nas ruas em busca de emprego.”.

Matos et al. (2020), através de modelos econométricos, projetaram uma taxa de desemprego alcançando a casa dos 16,1% para o 2º trimestre de 2020.

Andrade (2021) ratifica que, no Brasil, durante a pandemia “observou-se uma pequena queda da presença feminina na força de trabalho, que poderia ser explicada, entre outras coisas, pela dedicação das mulheres às atividades domésticas e no âmbito familiar. Adicionado a esse fato, a retração dos empregos das mulheres foi muito mais acentuada do que a dos homens [...]”.

Sendo assim, diante deste cenário que já vinha em deterioração, no próximo capítulo, faz-se a análise dos efeitos de curto prazo da pandemia da covid-19 e como estes afetaram o mercado de trabalho brasileiro e as relações trabalhistas.

## 5. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo será de análise exploratória de dados secundários, que é uma investigação de dados a fim de se compreender e inferir informações relevantes sobre o fenômeno que está sendo estudados. Ela utiliza tabelas, gráficos e medidas estatísticas como meios para compreender o objeto de estudo (BRACARENSE, 2012).

Zamberlan et. al (2019, p.96) afirmam que “a pesquisa exploratória é desenvolvida em casos nos quais é necessário definir o problema com maior precisão, identificar cursos relevantes de ação ou obter dados adicionais, prover critérios, compreensão e até construir hipóteses.”.

Para o estudo desses dados, portanto, será utilizado o método da análise exploratória de dados secundários da PNAD Contínua, que “visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País” (IBGE).

A PNAD, que era divulgada anualmente – algumas pesquisas sobre outros temas, além dos já citados acima, são publicadas com conforme necessidade –, foi substituída pela PNAD Contínua em 2016. A PNAD Contínua, por sua vez, “propicia uma cobertura territorial mais abrangente e disponibiliza informações conjunturais trimestrais sobre a força de trabalho em âmbito nacional.” (IBGE).

O período analisado data do primeiro trimestre de 2020 ao primeiro trimestre de 2022 e serão utilizadas algumas variáveis nesta discussão, sendo elas: a taxa de desocupação entre a população em idade para trabalhar entre sexos e por região, o motivo pelo qual o indivíduo não procurou ou não gostaria de trabalhar ou não estava disponível para iniciar um trabalho, a posição dos trabalhadores nas ocupações em que estes estão inseridos por sexo, a faixa de horas efetivamente trabalhadas, por homens e mulheres, no trabalho principal, a participação dos ocupados por grupo de atividade e rendimento bruto do trabalho no Brasil e por região.

As variáveis citadas acima foram utilizadas para o cálculo dos resultados do trabalho pela similaridade do comportamento entre elas. Com isso, buscando respostas mais assertivas acerca do tema estudado.

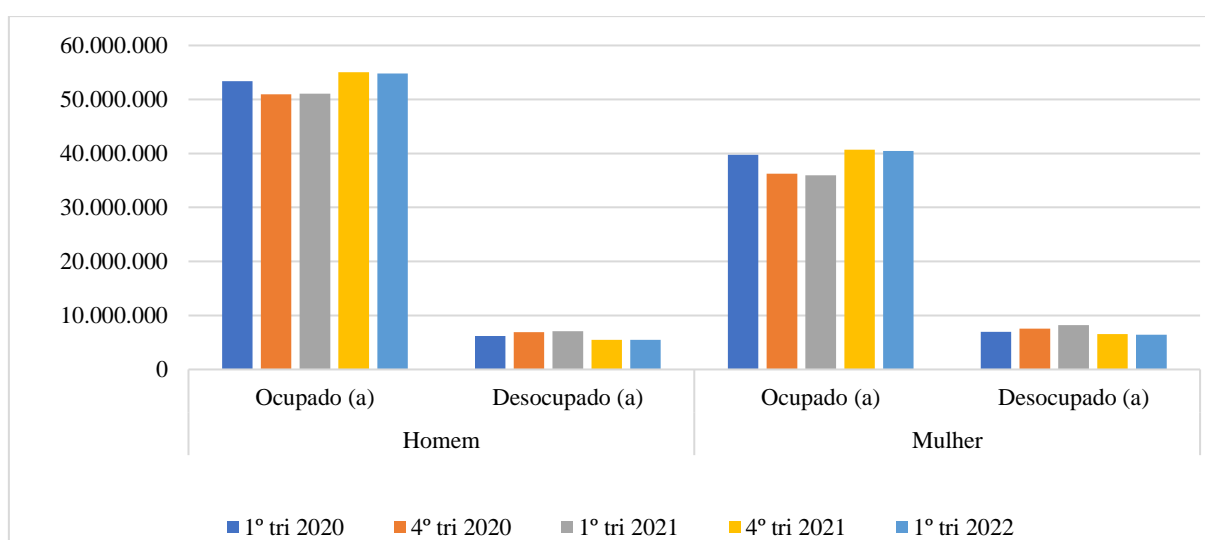


## 6. UMA ANÁLISE ACERCA DO MERCADO DO TRABALHO BRASILEIRO DURANTE A PANDEMIA E A DESIGUAL DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Neste capítulo, é feita a análise de alguns indicadores do mercado de trabalho utilizando dados divulgados pela PNAD Contínua trimestral no período entre o primeiro trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2022.

### 6.1. População ocupada e desocupada no Brasil, por região e sexo, em número absoluto no período analisado

Figura 3 – População ocupada e desocupada, em milhões, no Brasil



Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

Tabela 1 – População ocupada e desocupada, em milhões, na Região Norte

Sexo		1º trim 2020	4º trim 2020	1º trim 2021	4º trim 2021	1º trim 2022
Homem	<b>Ocupado (a)</b>	4.396.480	4.728.171	4.461.227	4.820.802	4.494.417
Mulher	<b>Ocupado (a)</b>	2.598.061	2.995.535	2.753.047	2.962.938	2.878.391
Homem	<b>Desocupado (a)</b>	567.815	465.205	491.295	433.597	478.209
Mulher	<b>Desocupado (a)</b>	667.916	555.313	549.815	552.249	533.081

Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

**Tabela 2 – População ocupada e desocupada, em milhões, na Região Nordeste**

<b>Sexo</b>		<b>1º trim 2020</b>	<b>4º trim 2020</b>	<b>1º trim 2021</b>	<b>4º trim 2021</b>	<b>1º trim 2022</b>
Homem	Ocupado (a)	12.360.987	4.396.480	12.574.973	11.732.791	12.732.858
Mulher	Ocupado (a)	8.671.738	2.598.061	8.696.642	7.878.652	8.747.809
Homem	Desocupado (a)	1.991.728	567.815	1.797.804	2.050.711	1.770.969
Mulher	Desocupado (a)	1.949.534	667.916	1.939.093	2.127.281	1.939.137

Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

**Tabela 3 – População ocupada e desocupada, em milhões, na Região Sudeste**

<b>Sexo</b>		<b>1º trim 2020</b>	<b>4º trim 2020</b>	<b>1º trim 2021</b>	<b>4º trim 2021</b>	<b>1º trim 2022</b>
Homem	<b>Ocupado (a)</b>	12.360.987	4.396.480	12.574.973	11.732.791	12.732.858
Mulher	<b>Ocupado (a)</b>	8.671.738	2.598.061	8.696.642	7.878.652	8.747.809
Homem	<b>Desocupado (a)</b>	1.991.728	567.815	1.797.804	2.050.711	1.770.969
Mulher	<b>Desocupado (a)</b>	1.949.534	667.916	1.939.093	2.127.281	1.939.137

Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

**Tabela 4 – População ocupada e desocupada, em milhões, na Região Sul**

<b>Sexo</b>		<b>1º trim 2020</b>	<b>4º trim 2020</b>	<b>1º trim 2021</b>	<b>4º trim 2021</b>	<b>1º trim 2022</b>
Homem	<b>Ocupado (a)</b>	8.455.072	8.275.461	5.626.197	8.255.592	8.644.045
Mulher	<b>Ocupado (a)</b>	6.484.728	6.122.483	4.254.322	6.117.824	6.658.508
Homem	<b>Desocupado (a)</b>	541.298	664.950	274.059	593.011	481.334
Mulher	<b>Desocupado (a)</b>	696.823	712.642	350.500	725.757	625.312

Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

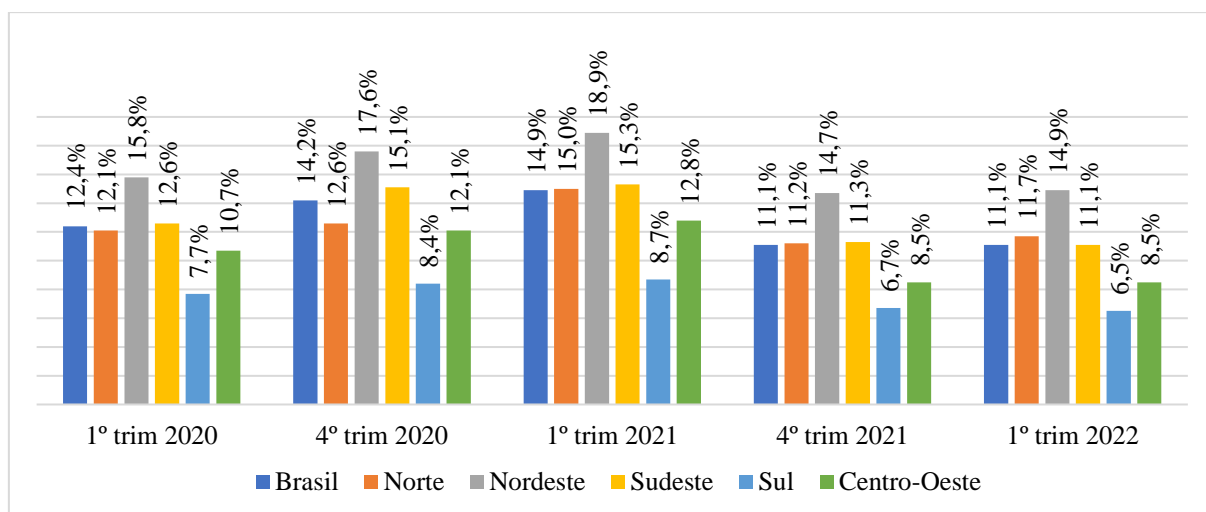
**Tabela 5 – População ocupada e desocupada, em milhões, na Região Centro-Oeste**

<b>Sexo</b>		<b>1º trim 2020</b>	<b>4º trim 2020</b>	<b>1º trim 2021</b>	<b>4º trim 2021</b>	<b>1º trim 2022</b>
Homem	<b>Ocupado (a)</b>	4.458.705	4.355.649	4.674.575	546.535	4.654.766
Mulher	<b>Ocupado (a)</b>	3.300.144	3.052.491	3.385.233	3.030.059	3.383.001
Homem	<b>Desocupado (a)</b>	407.706	461.959	334.083	470.703	314.588
Mulher	<b>Desocupado (a)</b>	522.504	621.089	413.468	546.535	427.204

Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

## 6.2. Condição de ocupação das pessoas em idade para trabalhar por Região

Figura 4 – População desocupada por Região do Brasil (%)



Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

Quando se fala da população em idade para trabalhar, mas que não está trabalhando – ou seja, os desocupados – o Nordeste, historicamente, destoa das demais regiões: tem a maior taxa de desocupados do país.

Na Figura III, tem-se que, no primeiro trimestre de 2020, período pré-pandêmico, a taxa de desocupação na região Nordeste era de 15,8%. Enquanto no Sul, por exemplo, os desocupados representavam 7,7%.

Nos períodos entre o quarto trimestre e o primeiro trimestre de 2021, houve uma piora significativa nas condições de ocupação no país todo. Houve um aumento generalizado na taxa de desocupação da população. O que chama atenção, no entanto, é a região Nordeste que, mais uma vez, destoa do patamar da taxa de desocupação do país, e chega em 18,9%.

Tabela 6 — Mulheres desocupadas por Região

Região	1º trim 2020	4º trim 2020	1º trim 2021	4º trim 2021	1º trim 2022
Norte	15,6%	16,7%	20,5%	15,7%	15,6%
Nordeste	18,4%	21,3%	24,0%	18,1%	18,2%
Sudeste	15,1%	17,8%	18,6%	18,1%	13,5%
Sul	9,7%	10,6%	10,4%	13,7%	8,4%

Centro-Oeste	13,7%	15,3%	16,9%	8,6%	10,9%
--------------	-------	-------	-------	------	-------

Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

Conforme a tabela I, no primeiro trimestre de 2021, a taxa de mulheres nordestinas desocupadas chegou a representar 24,0% da população em idade para trabalhar. No primeiro trimestre do ano anterior, no entanto, esta taxa já era 18,4%, 3,9p.p. acima da média do Brasil.

**Tabela 7 – Homens desocupados por Região**

<b>Região</b>	<b>1º trim 2020</b>	<b>4º trim 2020</b>	<b>1º trim 2021</b>	<b>4º trim 2021</b>	<b>1º trim 2022</b>
Norte	9,6%	9,9%	11,4%	8,3%	9,0%
Nordeste	13,9%	14,9%	15,3%	12,2%	12,5%
Sudeste	10,5%	12,9%	12,7%	9,2%	9,2%
Sul	6,0%	6,7%	7,4%	5,3%	5,0%
Centro-Oeste	8,4%	9,7%	9,6%	6,3%	6,7%

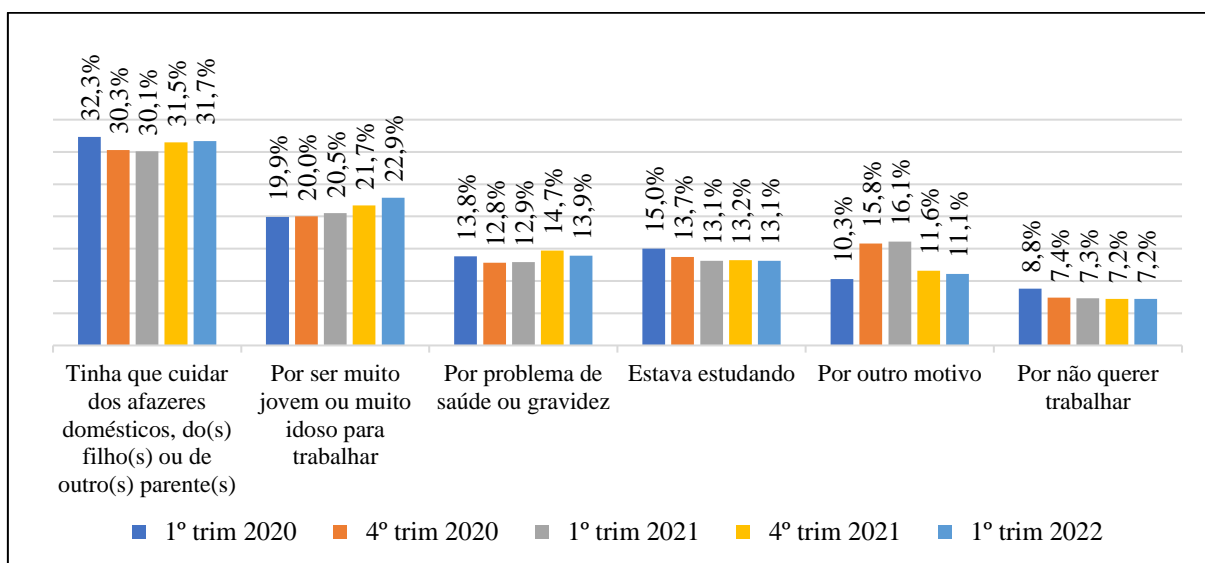
Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

Homens desocupados, tradicionalmente, são minoria entre os desocupados. Mas, homens nordestinos têm maior probabilidade de estarem desocupados pela característica da própria região, que tem maior média de população desocupada do que a média nacional.

Ainda que também afetados pelos entraves que vieram junto com a pandemia da Covid-19, os homens foram menos prejudicados no mercado de trabalho. Comparando homens e mulheres no Nordeste, no primeiro trimestre de 2020, a diferença da taxa de desocupação entre os dois sexos era de 4,5p.p. No pico da taxa de desocupação no país, no 1º trimestre de 2021, a diferença entre homens nordestinos desocupados e mulheres nordestinas desocupadas era de 8,7p.p.

Diante desse cenário, é possível inferir que as mulheres foram mais afetadas pelas consequências da pandemia no mercado de trabalho e a diferença faz-se mais presente quando se olham os dados por região.

**Figura 5 – Motivo pelo qual não procurou trabalho ou não gostaria de trabalhar ou não estava disponível para iniciar um trabalho**



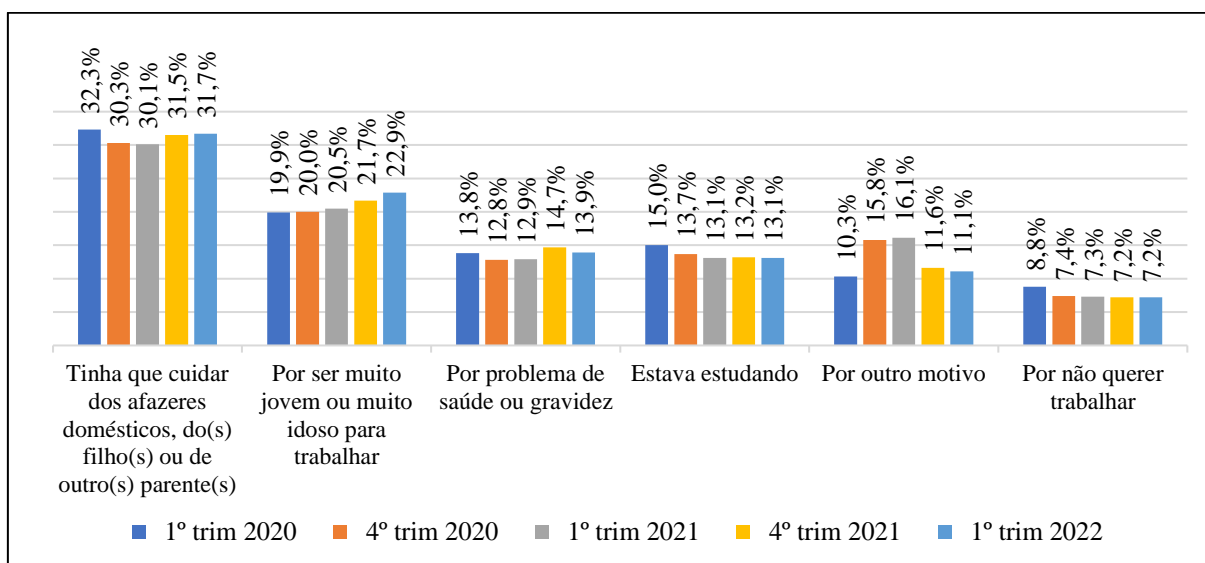
Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

Na figura 4, tem-se a média do Brasil por motivo pelo qual o indivíduo não procurou trabalho ou não gostaria de trabalhar ou não estava disponível para iniciar um trabalho antes e durante a pandemia. No primeiro trimestre de 2020, as pessoas que não procuraram trabalho porque tinham que cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos e de outros parentes era de 21,8%. “Por outro motivo” representava 12,3%.

Já no primeiro trimestre de 2021, a taxa das pessoas que tinham que cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos e de outros parentes havia caído para 20,1%, enquanto “por outro motivo” cresceu 6,1p.p., ficando com 18,4% de participação entre os motivos. É válido salientar que, entre outros fatores, o *lockdown* e o distanciamento social foram fatores imprescindíveis para essa não procura de trabalho. Portanto, mais uma vez observa-se o efeito da pandemia no mercado de trabalho.

No primeiro trimestre de 2022, no entanto, já é possível visualizar, através dos dados, o retorno do grupo que não procurou trabalho “por outro motivo” ao patamar pré-pandêmico, bem como o grupo que “tinha que cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos ou de outros parentes”.

**Figura 6 – Motivo pelo qual mulheres não procuraram trabalho ou não gostaria de ter trabalhado ou não estavam disponíveis para iniciar um trabalho**



Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

Na figura 5, verifica-se o motivo pelo qual as mulheres não procuraram trabalho no intervalo de tempo do primeiro trimestre de 2020 ao primeiro trimestre de 2022. O papel da mulher, na sociedade patriarcal, é zelar e cuidar da manutenção do lar e dos filhos, então, o principal motivo que faz com que elas não procurem trabalho, não queiram trabalhar no sistema produtivo ou que faz com que elas não estejam disponíveis para o mercado de trabalho é o “cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos ou de outros parentes”. Para elas, esse motivo é o mais relevante.

Da mesma forma como foi observado acima, o grupo “por outro motivo”, no primeiro trimestre de 2020, representava, para as mulheres, 10,3% dos motivos de não procurarem trabalho, mesmo estando em idade para trabalhar, enquanto o primeiro grupo representava 32,3%.

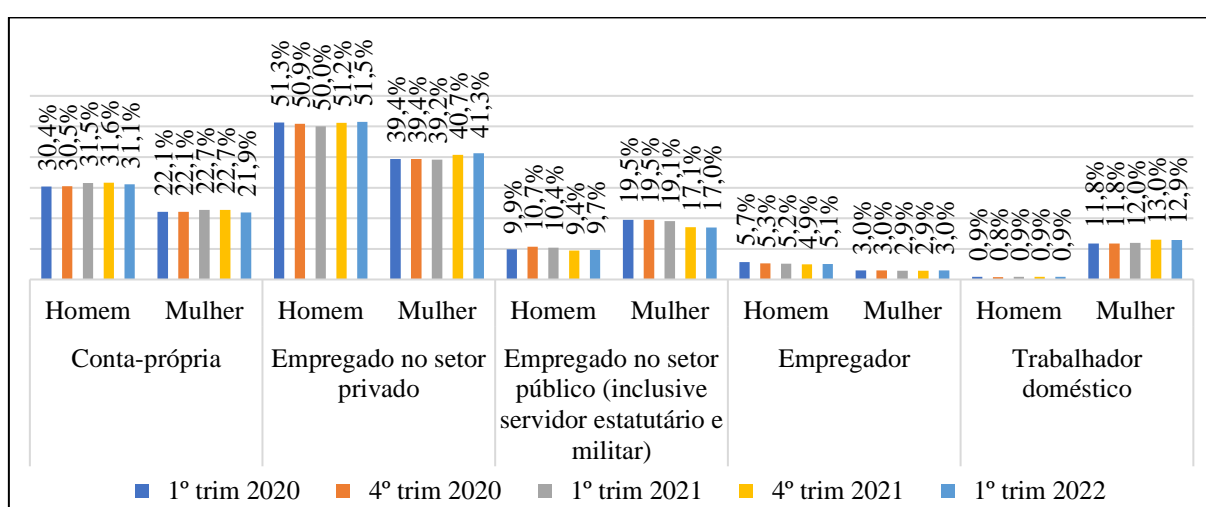
No período pandêmico, porém, a situação foi similar à média do país: “por outro motivo” cresceu muito e “tinha que cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos ou de outros parentes” teve uma leve retração. Isto é, a pandemia afetou também as mulheres, em se tratando da procura por emprego e os motivos delas não procurarem, à medida em que o *lockdown* ocorreu e dificultou ainda mais a procura por emprego.

Apesar disso, para ambos os cenários, tanto para o total do Brasil quanto para as mulheres, em meados do quarto trimestre de 2021 e, principalmente, no primeiro trimestre de 2022, já se verifica uma retomada ao “normal” antes da pandemia.

### 6.3. Posição na ocupação no trabalho principal por sexo

O IBGE faz 6 classificações para definir a posição do indivíduo na ocupação no trabalho principal e entender esse indicador por sexo é importante para identificar se a pandemia modificou, também, de alguma forma as relações trabalhistas e alterou o desenho dos setores nos quais os trabalhadores estavam alocados.

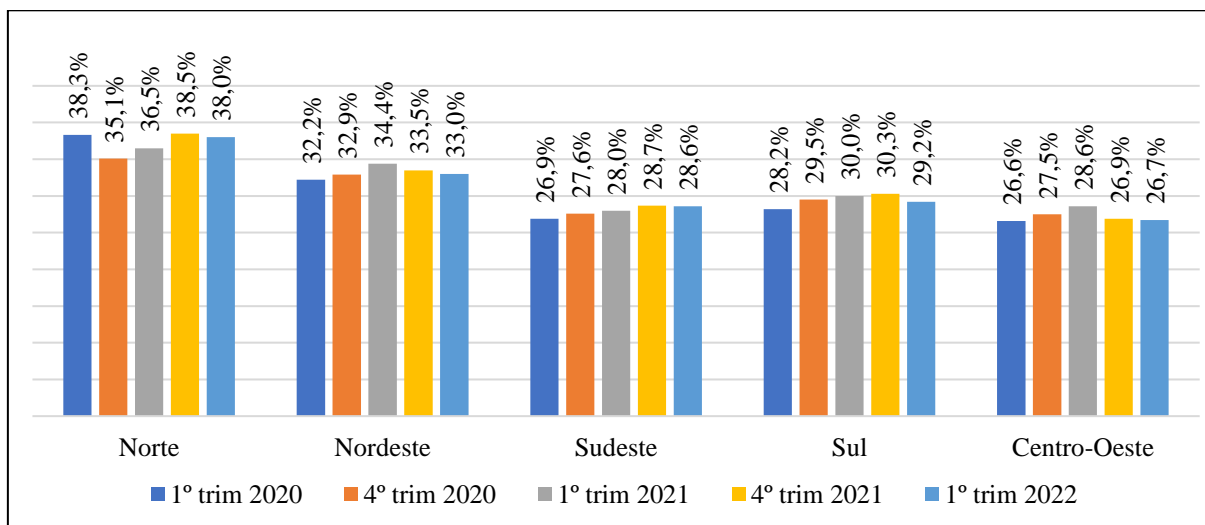
Figura 7 – Posição na ocupação no trabalho principal no Brasil



Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

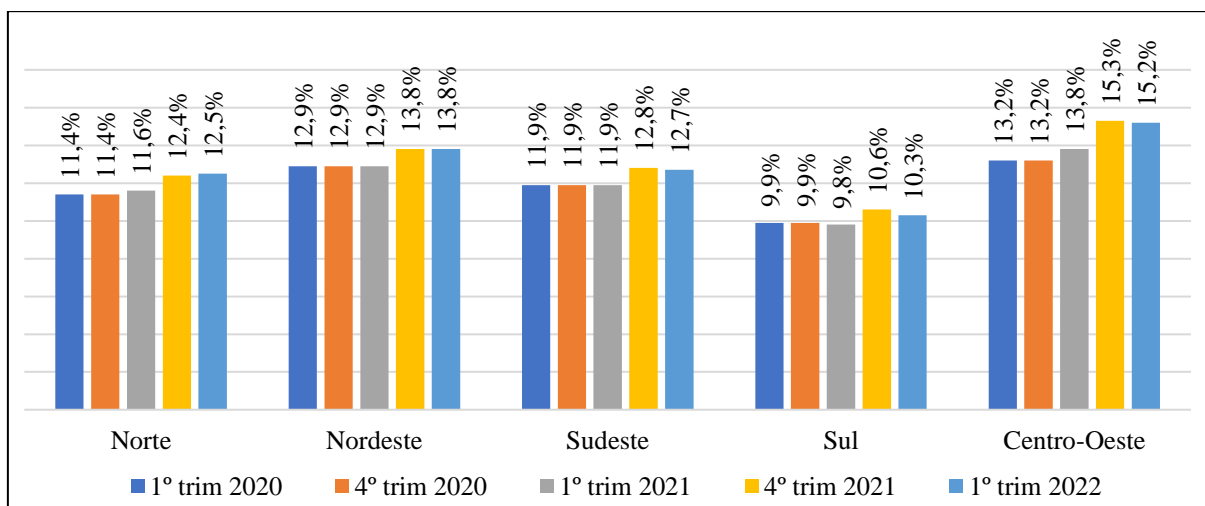
Homens majoritariamente estão alocados no setor privado e trabalhando por conta-própria. No quarto trimestre de 2020 e no primeiro trimestre de 2021, houve uma “migração” do setor privado para o setor público, mas, já no 4º trimestre de 2021 e no primeiro trimestre 2022, há um retorno destes para o setor privado. Homens trabalhando por conta-própria também aumentaram entre o primeiro trimestre de 2021 e o quarto trimestre de 2021 e, mesmo em 2022, com o “alívio” da pandemia (na quantidade de casos e no distanciamento social), o percentual de homens trabalhando por conta própria não diminuiu e não retornou ao patamar do primeiro trimestre de 2020.

Já no caso das mulheres, há uma diminuição da participação das mulheres ocupadas trabalhando por conta-própria, comparando o 1º trimestre de 2020 com o 1º trimestre de 2022, e no setor público. Em contrapartida, em 2 anos, elas aumentaram a participação no setor privado e no trabalho doméstico, que sempre foram predominantemente femininos.

**Figura 8 – Homens trabalhando por Conta-Própria por Região**

Fonte: PNAD Contínua Trimestral (IBGE). Elaboração própria.

Ao analisar e comparar o percentual de homens trabalhando por conta-própria no primeiro trimestre de 2020 com o primeiro trimestre de 2022, em todas as regiões do país, exceto o Norte, houve um aumento da presença destes nesse grupo.

**Figura 9 – Mulheres no Trabalho Doméstico por Região**

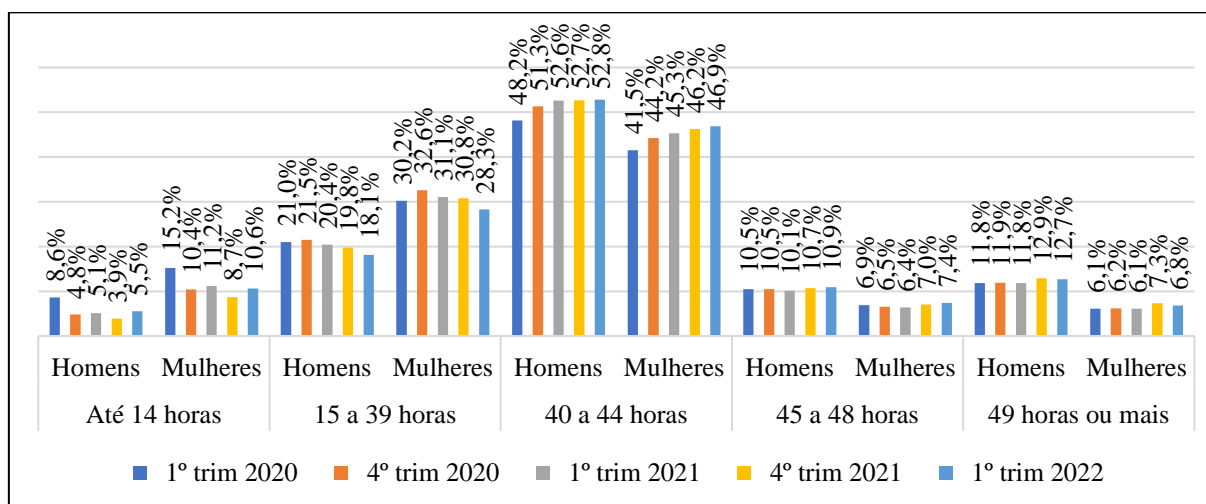
Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

No caso das mulheres, em todas as regiões, houve um aumento da participação delas no grupo de trabalhadores domésticos, com destaque para o Centro-Oeste: há um crescimento de 2,0p.p. das mulheres nesse tipo de atividade na região.



#### 6.4. Faixa de horas efetivamente trabalhadas no trabalho principal

Figura 10 – Faixa de horas efetivamente trabalhadas no trabalho principal



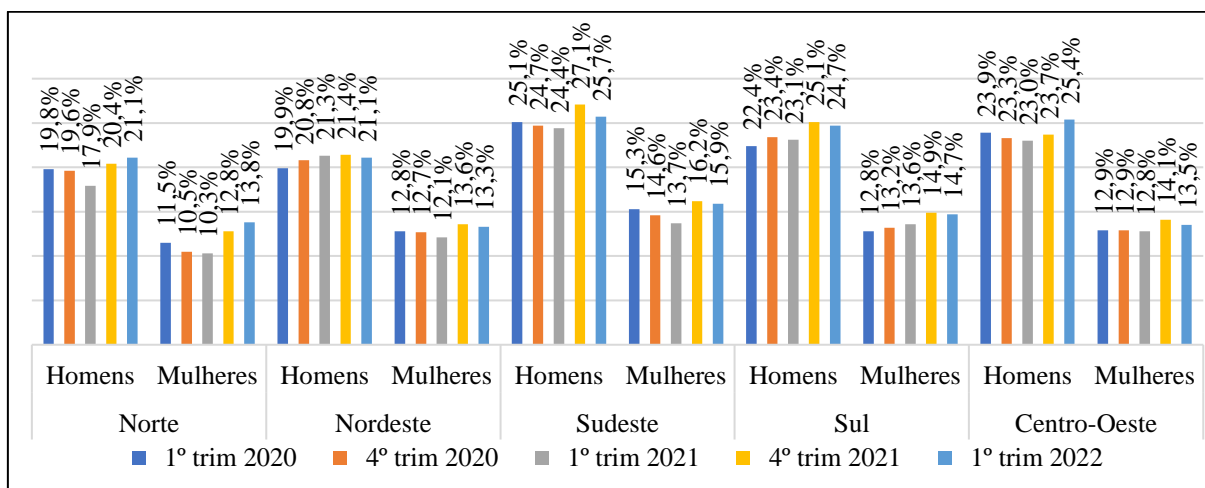
Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

A figura 9 traz a informação das horas trabalhadas no trabalho principal por homens e mulheres, respectivamente. Tanto os homens, quanto as mulheres, comparando o primeiro trimestre de 2020 com o primeiro trimestre de 2022, aumentaram o número de horas trabalhadas, fica claro o crescimento de trabalhadores que dedicam de 40 a 44 horas por semana para o trabalho principal.

Porém, a discrepância é clara entre homens e mulheres ao comparar as faixas de 45 ou mais horas trabalhadas: enquanto este grupo representa, no primeiro trimestre, 23,6% dos homens, e cresce, apenas 14,2% das mulheres conseguem dedicar esse tempo ao trabalho principal. Alguns fatores que justificam essa discrepância são: i) jornada dupla das mulheres (em casa e no trabalho); ii) falta de qualificação.

Além do mais, esse aumento das horas dedicadas ao trabalho principal, por parte tanto de homens quanto de mulheres, pode estar associado à adoção do *home office* por parte das empresas com o advento da pandemia. Em casa, a tendência é que os indivíduos aumentem a jornada de trabalho (BARROS e SILVA, 2010).

Figura 11 – Pessoas ocupadas que dedicaram 45 horas ou mais efetivamente no trabalho principal



Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

Essa mesma discrepância é vista quando se comparam as regiões do Brasil. Os homens são os que conseguem dedicar mais horas ao trabalho principal. Por região, 25,7% dos homens do Sudeste conseguem dedicar 45 horas ou mais ao trabalho principal. As mulheres do Sudeste também lideram o ranking sendo as que mais conseguem dedicar 45 horas ou mais ao trabalho.

Em paralelo, homens do Norte e Nordeste são os que menos conseguem dedicar 45 horas ou mais ao trabalho, representando 21,1% ambos, e, no caso das mulheres, as nordestinas são as que menos conseguem dedicar essa quantidade de horas ao trabalho principal.

## 6.5. Divisão sexual por grupo de atividade predominantemente feminino durante a pandemia

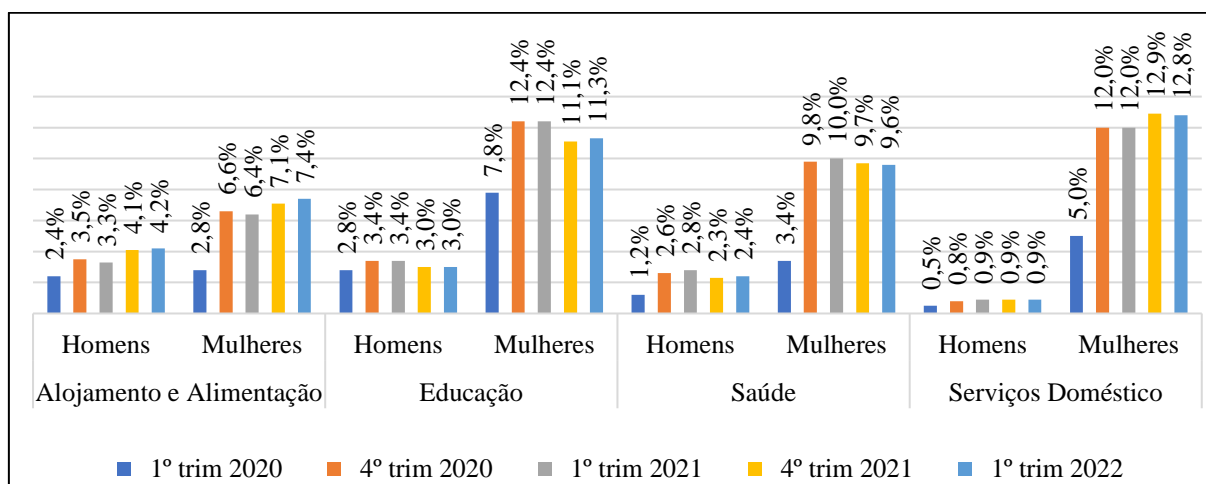
Tabela V – Participação dos ocupados por grupo de atividade

Grupo de Atividade	1º trim 2020	4º trim 2020	1º trim 2021	4º trim 2021	1º trim 2022
Saúde	2,3%	5,6%	5,8%	5,5%	5,5%
Educação	5,4%	7,1%	7,1%	6,4%	6,5%
Serviços Doméstico	2,8%	5,4%	5,5%	6,0%	6,0%
Alojamento e Alimentação	2,6%	4,8%	4,6%	5,4%	5,6%

Fonte: PNAD Contínua Trimestral (IBGE). Elaboração própria.

De forma notória, houve um aumento da participação dos indivíduos ocupados nos setores que tipicamente são majoritariamente compostos por mulheres.

**Figura 12 – Participação dos ocupados por grupo de atividade**



Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

Na figura IX, claramente há um aumento da participação dos homens nos setores de saúde, educação, serviços domésticos e alojamento e alimentação, este último é o que mais cresce (1,8p.p.), em termos de participação masculina, entre os quatro grupos acima, ao comparar o primeiro trimestre de 2020 com o primeiro trimestre de 2022.

Da mesma forma, também é notório o crescimento da participação das mulheres nos setores de saúde, educação, serviços domésticos e alojamento e alimentação. Principalmente os setores de saúde e serviços domésticos, que crescem, respectivamente, 6,2p.p. e 7,8p.p. ao comparar o primeiro trimestre de 2020 com o primeiro trimestre de 2022.

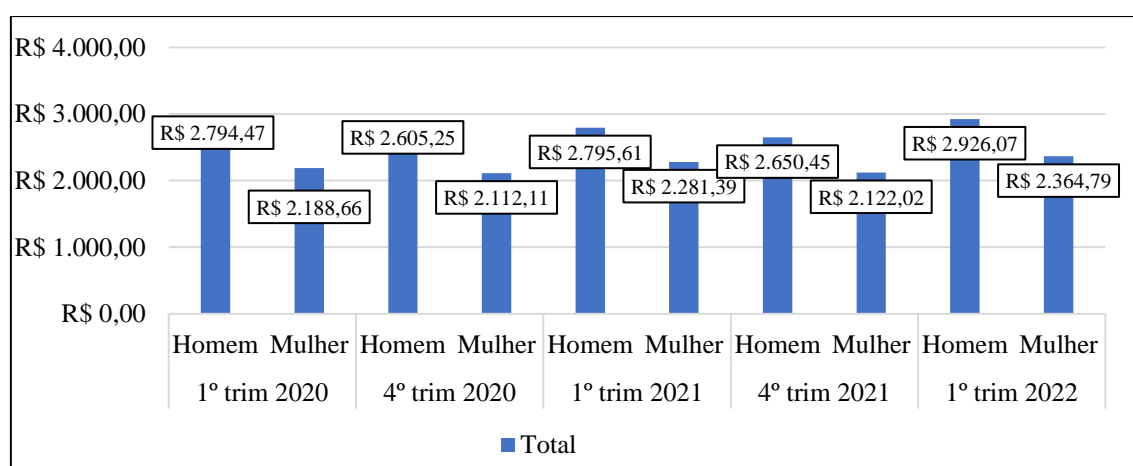
Ou seja, a pandemia reforçou ainda mais a divisão sexual do trabalho em se tratando desses quatro grupos de atividade. Se já eram predominantemente femininos, os efeitos da covid-19 sob o mercado de trabalho reforçaram as desigualdades nesse aspecto: 12,8% das mulheres ocupadas, em 2022, se dedicam aos serviços domésticos. Entre os homens, apenas 0,9% destes participam desta atividade. Ademais, 9,6% das mulheres ocupadas, em 2022, estão alocadas no setor de saúde, enquanto apenas 2,4% dos homens se encontram nesse grupo de atividade.

Portanto, o aumento da participação das mulheres ocupadas no serviço doméstico é um sinalizador tanto da falta de qualificação por parte desse grupo, quanto da falta de

oportunidade de pleitear vagas de empregos melhores (seja por falta de qualificação, jornada dupla...). O aumento da participação das mulheres ocupadas nas atividades ligadas ao setor de saúde também é um sinalizador de que elas se expuseram muito mais ao risco da pandemia do que os homens, muito pelo fato de que as mulheres são associadas ao “cuidar”.

## 6.6. Rendimento bruto no trabalho

**Figura 13 – Rendimento bruto que o indivíduo recebeu no trabalho, por sexo, no Brasil**

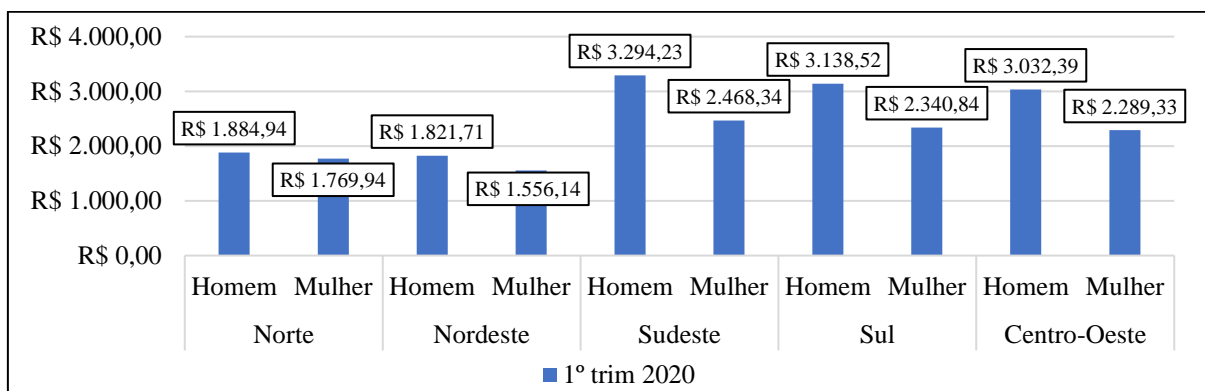


Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

Entre os ocupados, a disparidade de rendimento entre homens e mulheres fica clara mesmo antes da pandemia, no primeiro trimestre de 2020, e isso é resultado da junção de diversos fatores já vistos anteriormente: disponibilidade de hora das mulheres para empregar no trabalho, qualificação, tipo de atividade que elas exercem, entre outros.

Em alguns períodos, na figura 12, nota-se que há uma diminuição dessa diferença de rendimento, mas, de qualquer forma, os resultados sugerem que as mulheres estão mais vulneráveis a ter menores rendimentos do que os homens.

**Figura 14 – Rendimento bruto que recebeu no trabalho por Região no 1º trimestre de 2020**



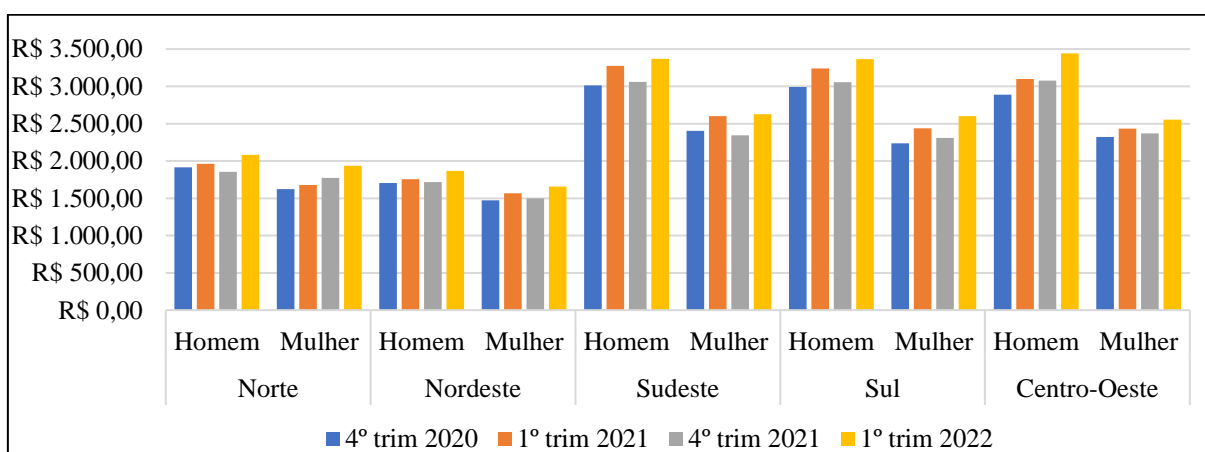
Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

A figura 13 traz a informação do rendimento bruto por região e por sexo, no primeiro trimestre de 2020. Além de reforçar a disparidade salarial entre homens e mulheres, verifica-se também que a região é um fator que também contribui para essa divergência.

Na região Nordeste, por exemplo, homens tinham rendimento bruto de R\$1.821,71. Já na região Sudeste, os homens tinham R\$ 3.294,23 de rendimento, a diferença entre eles e os homens nordestinos era de R\$1.472,52.

Entre as mulheres, na região Nordeste, elas tinham um rendimento de R\$1.556,14. Na região Sudeste, no entanto, R\$2.468,34, uma diferença de rendimento de R\$912,20.

**Figura 15 – Rendimento bruto que recebeu no trabalho por Região, no período do quarto trimestre de 2020 ao primeiro trimestre de 2022**



Fonte: Elaboração própria. PNAD Contínua Trimestral (IBGE).

Na figura 14, fica clara a diferença no valor dos rendimentos, tanto para os homens quanto para as mulheres, por região, principalmente ao comparar os rendimentos das regiões Norte e Nordeste com as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Mesmo que ao final do primeiro trimestre de 2022 haja um aumento dos rendimentos em todas as regiões, muito influenciado pelas mudanças nas relações trabalhistas durante a pandemia, não foi o suficiente nem para equalizar os rendimentos entre homens e mulheres de uma mesma região.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a desigualdade de gênero enfrentada pelas mulheres em vários âmbitos sociais, esta monografia teve como objetivo estudar e analisar o impacto da pandemia, sob a luz do mercado de trabalho, na vida das mulheres, como estas foram impactadas e quais as perspectivas.

Com as evidências obtidas através da observação dos dados da PNAD Contínua Trimestral no período de 2020 a 2022, os resultados sugerem que a pandemia da Covid-19, diferente de outros cenários de crise já enfrentados pelo mundo, veio a alterar e até intensificar as disparidades existentes entre homens e mulheres.

O modo como a pandemia alterou a realidade de todo o mundo impactou, de maneira direta, um dos grupos mais vulneráveis da sociedade, que tenta, desde meados de 1970, reverter a situação a qual lhe é imposta todos os dias. A mulher, além de tudo, hoje tem papel fundamental como indivíduo ativo na busca por seu direito perante a sociedade.

As mulheres foram as mais atingidas pelo desemprego durante esse período, junto ao fato de que, cerca de 30% desse grupo não procura emprego porque precisa cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos ou de outros parentes.

A situação é ainda mais alarmante quando se olha o recorte da desigualdade de gênero no Brasil por região. O Nordeste é a região que mais sofre com a desigualdade e, em se tratando da mulher nordestina, o cenário é ainda mais crítico – chegando a uma taxa de desocupação de 24,0% entre as mulheres em idade para trabalhar no primeiro trimestre de 2021 –, devido ao longo período de atraso econômico enfrentado pela região, que até hoje ressoa nos indicadores socioeconômicos.

Sendo assim, fica claro que o mercado de trabalho precisará de políticas públicas como forma de mitigar os efeitos da pandemia sob a desigualdade de gênero. Se anteriormente já eram necessárias ações direcionadas a dar assistência às mulheres para reparar as condições históricas às quais estas são submetidas, o cenário pós-pandemia mostra o retrocesso causado pela instabilidade econômica e social desse período, que, coincidentemente, adveio, no caso do Brasil, junto com um período de recessão.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEBRANDT et. al. Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas. Editora Unijuí, 2014.

Almeida et. al. REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE DESIGUALDADE DE GÊNERO, MERCADO DE TRABALHO E EDUCAÇÃO DOS FILHOS. 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2021/03/Textos-para-Discussao-26-Reflexoes-sobre-as-relacoes-entre-desigualdade-de-genero-mercado-de-trabalho-e-educacao-filhos.pdf>

ARAUJO, Veronica; RIBEIRO, Eduardo. DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS POR GÊNERO NO BRASIL: Uma Análise Regional. 2001. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppge/wp-content/uploads/2021/06/2001-11.pdf>

BARBOSA FILHO, Fernando. A crise econômica de 2014/2017. ESTUDOS AVANÇADOS 31 (89), 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BD4Nt6NXVr9y4v8tqZLJnDt/?format=pdf&lang=pt>

BARROS, Alexandre; Silva, José. Percepções dos indivíduos sobre as consequências do teletrabalho na configuração home-office: estudo de caso na Shell Brasil. CADERNOS EBAPE. BR, v. 8, nº 1, artigo 5, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/pB6bjbKsBNBdKk6VwGCbSRM/?lang=pt>

BATISTA, Andrezza; COSTA, Lorena. Choques de renda e domicílios chefiados por mulheres e: Uma análise para as regiões metropolitanas brasileiras no período de 2011 a 2015. 2019. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/encontro/2019/submissao/files\\_I/i12-9dff3adaaf1149e0c3e78765dcd7b2ee.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2019/submissao/files_I/i12-9dff3adaaf1149e0c3e78765dcd7b2ee.pdf)

BERNARDO et. al. RELATÓRIO TÉCNICO DA PESQUISA: O TRABALHO REMOTO/HOME-OFFICE NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19. 2020. Disponível em:



[https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos\\_2020/RELATRIO DE DIVULGAO DA PESQUISA SOBRE O TRABALHO REMOTO.pdf](https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos_2020/RELATRIO_DE_DIVULGAO_DA_PESQUISA SOBRE O TRABALHO REMOTO.pdf)

BRACARENSE, Paulo. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. IESDE Brasil S.A., 2012.

BRUSCHINI, Maria. TRABALHO E GÊNERO NO BRASIL NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/KybtYCJQvGnnFWWjcyWKQrc/?format=pdf&lang=pt>

BRUSCHINI, Maria. TRABALHO FEMININO NO BRASIL: novas conquistas ou persistência da discriminação?. 1998. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Bruschini.pdf>

CEPAL. A pandemia da COVID-19 gerou um retrocesso de mais de uma década nos níveis de participação no mercado de trabalho das mulheres na região. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-covid-19-gerou-retrocesso-mais-decada-niveis-participacao-mercado-trabalho>

COSTA, Lorena; TAVARES, Mateus. Uma análise sobre as desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho durante a pandemia de COVID-19. 2021. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files\\_I/i13-8222fd0753e8095eb3a262941ee553f0.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files_I/i13-8222fd0753e8095eb3a262941ee553f0.pdf)

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 303, jun. 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3532/TD303.pdf>

FONTOURA et. al. Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. Revista Econômica, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 11-46, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34823/20079>

GUEDES, Dyeggo; SOUSA; Luana. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGOQCgYYfWgp/abstract/?lang=pt>

HEINEN, Vicente; MATTEI, Lauro. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. Revista de Economia Política, vol. 40, nº 4, pp. 647-668, outubro-dezembro/2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/8snSbBwVqmYgd5pZVQ5Vhkn/?format=pdf&lang=pt>

PNAD Contínua. IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>

MARTINS et. al. Cenários para a evolução da atividade econômica brasileira em 2020. 2020. Disponível em: <https://www.joserobertoafonso.com.br/cenarios-atividade-economica-brasileira-2020-matos-et-al/>

OLIVEIRA, Pedro; SCORZAFAVE, Luiz; PAZELLO, Elaine. Desemprego e inatividade nas metrópoles brasileiras: as diferenças entre homens e mulheres. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/sg6PgVbtj6Cshx9h9Wm6RnG/?format=pdf&lang=pt>

SARDENBERG, Cecilia. O TRABALHO FEMININO NO BRASIL: DESIGUALDADES DE GÊNERO E CONTRASTES REGIONAIS. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6872/1/Trabalho%20Feminino%20no%20Brasil%20Desigualdades%20de%20G%C3%aanero%20e%20Contrastes%20regionais.pdf>

SOUZA, Poema. Os efeitos adversos da pandemia da Covid-19 sobre as mulheres no mercado de trabalho brasileiro. 2021. Disponível em: <http://cofecon.org.br/downloads/revistas/2021/capa39.pdf>